

As terras de quilombos

são territórios étnico-raciais com ocupação coletiva baseada na ancestralidade, no parentesco e em tradições culturais próprias. Elas expressam a resistência a diferentes formas de dominação e a sua regularização fundiária está garantida pela Constituição Federal de 1988.

O Decreto 4.887/2003 define que o INCRA é o órgão federal responsável pela titulação dos quilombos, com competência concorrente do Distrito Federal, estados e municípios. Para fins de regularização fundiária, o INCRA elabora Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação (RTID) que reúnem informações fundiárias e cadastrais das famílias, bem como a caracterização antropológica, histórica, econômica e ambiental da área quilombola. Esse trabalho tem gerado um grande acervo de dados, registrando de maneira inédita um arcabouço de manifestações e características dos quilombos nos períodos escravocrata e pós-escravocrata.

O objetivo da parceria entre INCRA, NEAD (SEAD) e UFMG é sistematizar e dar publicidade às informações contidas nos RTIDs, em muitos casos ignoradas pela historiografia oficial. Esse material, registrado no âmbito dos processos administrativos do INCRA, foi transposto para uma linguagem acessível, com o apoio de diversos colaboradores, destacando-se os autores das etnografias dos RTIDs. Os livretos trazem também depoimentos dos próprios quilombolas. Eles testemunham a continuidade de uma luta fortalecida pela esperança de que o conhecimento de sua história garanta finalmente a compreensão da legitimidade de seu pleito pela titulação.

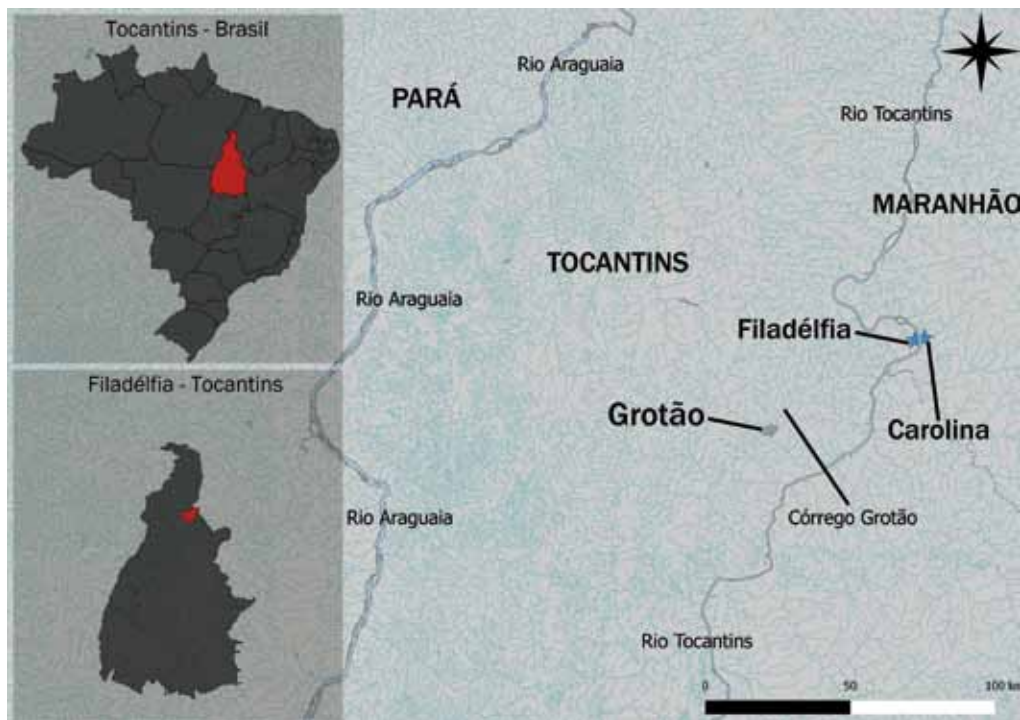
A publicação dos livretos visa, assim, a contribuir para o reconhecimento das comunidades quilombolas, estimulando a difusão de informações qualificadas sobre elas. Reunidas nesta Coleção, as histórias de resistência quilombola agora podem ser conhecidas mutuamente pelos quilombolas das diversas regiões do país. Espera-se também que este material forneça a gestores públicos, educadores, pesquisadores e demais interessados informações acessíveis sobre essas comunidades.



Comunidade Quilombola do Grotão

O Quilombo do Grotão está localizado no município de Filadélfia, na região norte do Estado do Tocantins, a 456 Km de Palmas, capital do estado. O território original do quilombo, medido em 2.096,9455 hectares pelos estudos do INCRA, foi sendo apropriado indevidamente por terceiros, a partir do final da década de 1970. Até a década de 1980, o número de famílias residentes no quilombo era maior do que atualmente. Muitas se viram obrigadas a sair do seu território por medo da violência dos fazendeiros.

Em 2010 a comunidade era formada por 21 famílias, das quais apenas 12 podiam viver em uma área de 100 hectares garantida para o quilombo por meio de um acordo judicial. O receio de ofensivas dos fazendeiros e a falta de espaço impedem que todas as famílias vivam, nos dias atuais, em sua terra ancestral.



A área atualmente utilizada pela Comunidade Quilombola do Grotão é insuficiente para abrigar todas as famílias quilombolas e as demais nove famílias precisam residir na zona urbana de Filadélfia. É esse o mais forte motivo da luta quilombola pela titulação do território original do Grotão.

Em 09 de dezembro de 2008, Grotão recebeu o certificado de autorreconhecimento como comunidade remanescente de quilombos, emitido pela Fundação Cultural Palmares. Como consequência, entre 2009 e 2010 foram realizados os estudos do INCRA para delimitação do território quilombola, publicado em 2011. Em dezembro de 2013, foi emitido decreto pela Presidência da República que reconhece a área de 2.096,9455 hectares como território tradicional da comunidade.

Segundo relatos dos moradores mais antigos, a comunidade teve origem na década de 1860, com o ajuntamento de duas turmas de negros escravizados que, em momentos diferentes, fugiram de engenhos. Não existem informações precisas sobre o local exato desses engenhos. Sabem que as fugas aconteceram em região que hoje pertence ao estado do Maranhão e Piauí. A quilombola D. Aparecida é uma das que relembra de falas de seus antepassados: “agora eu não sei localizar esses lugar, elas contava mais, sabia que era pro nordeste. Que tinha engenho que era os negros que puxavam, no lugar do boi.” São muitas as lembranças dos quilombolas do Grotão sobre os maus tratos sofridos por seus ancestrais.

As duas turmas de escravizados se encontraram, então, na região da Barraria, que abarca hoje o município de Filadélfia, no Tocantins. Uma dessas turmas foi liderada pela escravizada Lunarda, que estava grávida. Chegaram ao território em 1866. A data é precisamente lembrada pelos quilombolas por ter sido o ano em que nasceu Emídia, filha de Lunarda.

Em relação à segunda turma, os relatos variam. Alguns dizem que era composta somente por negros escravizados, outros dizem que, além dos negros, havia indígenas. Em relação aos indígenas, D. Aparecida conta que dentre os ancestrais do Grotão havia uma mulher, conhecida como *mãe de D. Joana*, que “falava até em língua diferente, que quase ninguém entendia”. O certo é que duas turmas acabaram se encontrando, ou na própria viagem que foi longa, demorada e perigosa, ou mais possivelmente já na região do Grotão. Deste encontro se originou a comunidade quilombola.

Depois que se juntaram, as turmas ocuparam as proximidades do Córrego do Garimpo que atravessa o quilombo. Ali ergueram casas e fizeram suas primeiras roças. Pouco a pouco, com o aumento da comunidade, cada família foi ocupando diferentes localidades de um amplo território, mas sem perder os vínculos de umas com as outras. Nessas localidades que foram sendo formadas, as moradias, que são de telhado de palha e parede de taipa, ficam próximas, mas não muito “pras galinhas não se misturarem” nos terreiros, explica o Sr. Raimundo, morador da comunidade.

Os quilombolas sempre usaram a terra de modo sustentável. Conforme contam os mais velhos do Grotão, quando o solo começava a dar sinais de esgotamento, as famílias se mudavam para outra área onde pudessem abrir roças com maior produtividade. Com isso, as terras já utilizadas podiam se recuperar. Essa movimentação pelo território deu início à formação de matas artificiais, denominadas pela comunidade de *mangais*, que eram formados por pés de caju, manga e coco, plantados há muito tempo nos quintais das antigas moradias.

Laços da comunidade

Lunarda é a grande referência da comunidade do Grotão por ter liderado a fuga de sua turma da escravidão. A primeira geração do quilombo foi formada por, pelo menos, seis crianças que vieram com Lunarda e seu marido do cativeiro: suas duas filhas, Emídia e Lourência, uma criança indígena que ficou sendo chamada de *Índia*, e outras três crianças: Raimunda Preta, Cassimiro e Sebastião. A segunda geração do quilombo se formou a partir do casamento entre essas crianças – Emídia com Cassimiro e Lourência com Sebastião – e das outras crianças com negros da segunda turma chegada ao lugar. Sobre essa segunda geração, lembram-se de que Maria Preta era a filha de Raimunda Preta; e Joana Patrícia, Antônia Pesqueira e Euzébia eram filhas de Índia.

Na terceira geração, os casamentos passaram a ocorrer entre primos, o que ainda hoje é comum. A partir dessa terceira geração houve também casamentos com pessoas de fora da comunidade. Depois dos anos 1950, alguns casais foram morar fora do território. Isso acontecia, sobretudo, quando uma mulher da comunidade se casava com um homem de fora. Mesmos nesses casos, o casal continuava sendo considerado

como quilombola, uma vez que *morar fora* não impedia que participassem de importantes atividades comunitárias.

Desde o século 20, a comunidade é composta pelos descendentes de Emídia e Cassimiro, o *ramo dos Cassimiro*, e pelos descendentes de Lourência e Sebastião, o *ramo da Lourência*. A descendência de Joana Patrícia, uma das filhas de Índia, deu origem a um terceiro ramo, chamado de *Índios/Patrícios*. Além desses três ramos maiores, há o dos que descenderam de *Maria Preta*. Devido aos constantes casamentos entre os grupos de descendentes, atualmente os quatro ramos familiares foram condensados em apenas dois: o que tem por referência o Sr. Raimundo, bisneto de Lunarda, e o que tem por referência o Sr. Cirilo, tataraneto de Lunarda.



Sr. Raimundo e sr. Cirilo, referências da comunidade.

Fonte: Relatório Antropológico, 2010

Festas e celebrações

Antigamente, a comunidade tinha muitos *dias santos* em que não se trabalhava e um dos únicos meses em que não havia feriado na comunidade era outubro. Em janeiro, eram considerados feriados o dia 1º, passagem de ano, o dia 6, dia de Santos Reis, e o dia 20, dedicado à São Sebastião. As celebrações em honra aos Santos Reis começavam com a Folia de Reis, em 25 de dezembro e, no dia de Santos Reis, havia rezas e a comunidade festejava até o nascer do sol. A Folia de Reis contava com a participação de várias pessoas, de dentro e de fora da comunidade.

Outro feriado era o do dia de São Lázaro, 11 de fevereiro, quando todos iam à casa de Dona Firmina para rezar. O período do Carnaval também era feriado. Em março, era feriado o dia 19, em honra à São José. Depois havia a Semana Santa, que se iniciava na quarta-feira, com um

jejum. Nesse dia, “[n]em água a mãe da gente deixava beber”, lembra o Sr. Cirilo.

A Folia do Divino começava no Domingo de Páscoa e durava três dias. Era realizada, portanto, antes da Festa do Divino que acontecia no final do mês de maio ou no início de junho, de acordo com o final da Quaresma. Os foliões usavam vestuário típico: camisas e fitas nos chapéus das cores das bandeiras. Muita gente de fora participava desses festejos. Em 31 de maio celebravam o dia do Espírito Santo. Nesse dia todos rezavam, mas não havia festa.



Reza no dia do Divino Espírito Santo, quando ainda era realizada no Grotão.

Fonte: Arquivo pessoal de Teodorico e Jacinta

Outras festas muito lembradas na comunidade eram as juninas: a de Santo Antônio, no dia 13; a de São João, dia 24; e a de São Pedro, dia 29 de junho. A festa mais animada era a de São João, com folia a noite toda, com direito a fogueira e levantamento de mastro, que era derrubado no dia seguinte. A comunidade toda se reunia para celebrar e para se fartar de boa comida, à base de milho, mandioca e carnes. Os quilombolas furavam um cupinzeiro, colocavam lenha e acendiam fogo para fazer brasa. No oco do cupinzeiro, punham a massa do bolinho de mandioca enrolada na palha de banana para assar. Matavam porcos e galinhas, e faziam canjica. Bebiam café de coco, de piaçava e de tucum, ou de andu. Compravam ou faziam cachaça. Depois que todos rezavam e comiam, iam se divertir com muitas brincadeiras.

Os quilombolas contam que nas festas dançavam samba e baião durante toda a noite, no quintal das casas. Tocavam a rebeca com arco de rabo de cavalo, a flauta e a percussão (caixa). Conta o Sr. Cirilo:

O Chiquinho Cassimiro, que era meu tio, botava a rebeca na cabeça e saía arruando a sala com ela ... Aí saíamos ao redor, um

batendo na caixa, outro no bumbo e outro no reco: *xereleco*, *xereleco*, com um aramezinho, tudo enrugado e a mulhezada e nós ao redor, com o pessoal fazendo aquela roda. Chiquinho Cassimiro na frente, com a rebeca e cantando:

“Oie, muié rendeira, oie, muié renda

Tu me ensina a fazer renda que eu te ensino a namorar”.

E os outros: *tum-duc*, *tum-duc*, *duc-duc*. Aí os irmãos no reco: *xere-reco*, *xereco*. E arrudiava até terminar.

O dia 15 de julho era consagrado a N. Sra. do Desespero, tradição que começou com a promessa da quilombola Maria Lourença pela cura de um filho. Nesse dia havia reza e festa. Desde a morte de Maria Lourença, a festa não acontece mais, apenas a reza.

Na primeira e última segunda-feira de agosto, não se trabalhava na comunidade, para descanso, porque agosto é um mês de trabalho muito árduo no Grotão. Nesse mês eram feriados dia 4, em honra à São Domingos, e dia 6, dia de São Jesus, nos quais apenas rezavam. No dia 15, eram homenageadas N. Sra. da Abadia, N. Sra. Aparecida e N. Sra. de Belém. No dia 31, era comemorado o dia de São Raimundo.

Em 8 de setembro, havia a festa de Nossa Senhora de Nazaré. Em novembro, celebrava-se o dia de Todos os Santos, no dia 1º, e no dia 2, Finados, quando a comunidade se organizava em mutirões para limpar os cemitérios. “Quando fosse já assim, num prazo de uns cinco dias (antes), ajuntava aquele horror de gente”, lembra o sr. Cirilo:

la capinar, outros varrendo, outros apanhando cisco... Aí, quando terminava tudinho, já levava aquelas velas de cera de abelha mesmo, botava lá, acendia, botava tudo para rezar uns pais-nossos.



Caixa do Divino Espírito Santo e Quadro de Santos Reis. Fonte: Relatório Antropológico, 2010



Caixa de folia, instrumento utilizado nas folias; e Bandeira do Divino Espírito Santo.

Fonte: Relatório Antropológico, 2010

Em 15 de novembro, comemorava-se o dia de São Félix, considerado protetor dos caboclos. Nesse dia, um irmão e uma tia do Sr. Cirilo rezavam. Apesar dos dois terem falecido, o feriado permanecia, só não havia mais a reza. Em dezembro havia três feriados: no dia 8, dia de N. Sra. da Conceição; no dia 13, dia de Santa Luzia; e no Natal, em que se trabalhava apenas no dia 24.

No Grotão, dias ou períodos considerados feriados nacionais e não religiosos, não eram considerados feriados pela comunidade. Essa situação só mudou com a instalação da escola na comunidade. A partir daí, passou-se a cumprir o calendário oficial da Secretaria Municipal de Educação de Filadélfia que alterou bastante a orientação dos feriados para os quilombolas. Hoje, folga-se nos feriados nacionais e trabalha-se nos dias sagrados dos santos e santas de devoção da comunidade.

A vida no território tradicional

O território original dos quilombolas do Grotão é localizado em área típica de cerrado. Distinguem-se na paisagem a *beira do córrego* e o *morro*. A beira do córrego, ou brejo, é a área preferida para morar e realizar as atividades produtivas. O córrego é usado principalmente para pescar. O morro é pouco usado, mas faz parte da paisagem vivida pelo grupo. O uso que a comunidade fazia desses lugares seguia um regime de cuidado com sua preservação e, por isso, as poucas áreas que restaram sobre a guarda dos quilombolas encontram-se melhor preservadas do que as áreas vizinhas perdidas para os fazendeiros, em geral transformadas em pastos.

Segundo Sr. Raimundo, na roça, os quilombolas produziam principalmente mandioca para fazer farinha; plantavam também algodão, feijão, batata, gergelim, inhame, milho, abóbora, maxixe, quiabo, cheiro verde, dentre outros. O plantio era feito na chamada *roça de toco* ou *de coivara*, localizadas nas áreas que beiram os córregos e brejos. Realizavam também o chamado plantio em área de vazante. Este plantio era feito no verão, quando o rio seca e em seu leito aparecem áreas adubadas pela lama. É aí que plantavam o fumo, verduras, e frutas como a melancia.

Atualmente existem duas grandes roças comunitárias. A maior delas, com uma área de 4 hectares, é totalmente dedicada à plantação de mandioca e se localiza em área de cerrado, próxima à escola da comunidade. A abertura dessa roça foi apoiada pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), que pagou um trator para limpar a área, que depois foi gradeada. O plantio foi feito manualmente por toda a comunidade. A outra roça, de 1 hectare, foi plantada principalmente com arroz e algumas áreas de milho. Para além dessas duas roças maiores, existem pequenas plantações de mandioca, feijão e gergelim nos quintais de cada casa, bem como canteiros de verduras. Em tempos passados, criavam também gado, mas já não criam por falta de terra.

O tempo da fome e da violência

A partir dos anos 1970 a comunidade passou a viver uma nova fase: o tempo da fome e da violência. Seu marco é a chegada, à região da Barraria, do genro da dona da Fazenda do Brejão, vizinha à comunidade. Com o falecimento dessa senhora, seu genro se intitulou herdeiro das terras do Grotão, que ele dizia pertencer à sua falecida sogra. Contudo, de acordo com a comunidade, o fazendeiro nunca viveu nas terras, já que sua estadia era sempre passageira. De tempos em tempos, apenas visitava a fazenda, um dos motivos pelos quais jamais o consideraram proprietário de terras na região do Grotão.

A situação se complicou em 1979, quando chegou à região um casal dizendo que o genro da antiga proprietária da Fazenda do Brejão lhes tinha vendido parte de uma área que envolve o Quilombo do Grotão. Mas a propriedade de terra, por terceiros, envolvendo o Grotão não é reconhecida de forma alguma pela comunidade. Segundo relatam os quilombolas, desde que seus antepassados ocuparam o território – há mais de

150 anos –, nunca houve nenhum proprietário com o qual dividiram as terras. Mesmo sem a aprovação da comunidade, o casal se instalou em terras quilombolas e começou a criar gado. Desde este período os quilombolas passaram a se sentir pressionados pelos intrusos.

Em 1984, a disputa se complicou ainda mais. Grande parte da área que chamam de Fazenda Grotão foi mecanizada, e ocupada por pastagens. O gado da fazenda arrebatava as cercas das roças das famílias quilombolas e comia suas plantações. Isso fez com que a comunidade passasse a sofrer com a escassez de comida. Lembra a quilombola Dona Aparecida:

Quando o [fazendeiro] chegou, montou uma estrutura para cuidar do gado e começou a impedir que os moradores da comunidade colocassem roça. O gado comia a roça. Foi aí que começou a fome!

Além de terem suas plantações destruídas pelo gado, os moradores do quilombo do Grotão eram impedidos de plantar para além dos seus quintais. “O tempo inteiro ele botando gado... Ele dizia que ia botar os negros para correr porque ele tinha muito dinheiro”, reforça Dona Aparecida. Devido à pressão, várias famílias quilombolas abandonaram o território, já que não conseguiam meios de subsistir.

No mesmo ano de 1984, por solicitação de um vizinho amigo da comunidade, o Grupo Executivo das Terras do Araguaia-Tocantins (GETAT) foi chamado ao território com a expectativa de que pudesse titular as terras e dar fim às pressões sofridas pela comunidade. O GETAT foi um órgão criado durante a Ditadura Militar diretamente ligado a Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional e devia, como missão, a resolução de conflitos de terra na região do Bico do Papagaio, situada entre o Norte de Goiás (atual Tocantins), o Sudeste do Pará e o Oeste do Maranhão.

No final do processo coordenado pelo GETAT, ocorreu uma titulação de lotes individuais que contemplou pessoas não quilombolas e que nunca haviam estado no território – mas que foram consideradas posseiras – e deixou de fora alguns quilombolas. Dentre essas ações promovidas pelo GETAT, a concessão da Fazenda Morro Redondo a um suposto poseiro e pretenso dono de terras dentro da área quilombola foi uma das mais questionadas. Este senhor, como relata a comunidade, nunca esteve nas terras do Grotão. Suspeita-se que tenha sido um *laranja*, à serviço dos fazendeiros.

Com a publicação do relatório do GETAT, boa parte das famílias do Quilombo do Grotão não foi contemplada e teve que sair do território. “Os outros que não ganharam lote não aguentaram a pressão, porque plantavam uma roça e o gado comia, o vaqueiro, que dizia que era vaqueiro, implicava”, relata Dona Aparecida.

A situação chegou ao limite quando os quilombolas denunciaram as violências sofridas para a Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, em Brasília. Os fazendeiros reagiram, aumentando as pressões e ações violentas contra a comunidade – como a contratação de pistoleiros – que culminaram na expulsão de mais famílias do território. Como resultado da denúncia feita em Brasília, a Ouvidoria Agrária Nacional do Ministério do Desenvolvimento Agrário solicitou um estudo sobre a situação. O estudo resultou em um relatório completamente insatisfatório para a devida avaliação dos danos sofridos pelos quilombolas, porque apresentou, quase exclusivamente, as versões dos fazendeiros, desconsiderando a ocupação centenária da terra pelos quilombolas, bem como a violência exercida contra a comunidade. O relatório registrou apenas a presença de duas famílias quilombolas, consideradas posseiros, concluindo que a denúncia da comunidade não tinha justificativa.

Posteriormente, um dos proprietários titulados na ação de demarcação realizada pelo GETAT – titulação questionada pela comunidade – vendeu parcelas das terras a terceiros. Em novembro de 2006, esses terceiros entraram com um processo de reintegração de posse de parte do território quilombola. A ação de reintegração identificou os quilombolas como invasores e concedeu o direito à terra apenas a duas famílias do Grotão. Com isso, apenas 20 alqueires foram destinados à titulação das famílias dos Srs. Cirilo e Raimundo. Dona Aparecida contesta:

Nós nunca demos, nós nunca vendemos, nós nunca “empate-mos” para ninguém. Nós somos remanescentes de quilombo. [O advogado e o juiz], que era o juiz da comarca, disseram que isso não vale nada não. “O negócio de quilombola não vale nada não. Se você não fizer acordo com ela, você vai se rodar depois, porque você fica quase a vida toda neste conflito e o tempo vai andando e o processo vai andando”. Eu falei: “Deixa andar, doutor, deixa andar.” [Ele perguntou:] “você não fazem acordo?” [Eu respondi:] “Não!” Aí o juiz me chamou particular no gabinete: “Faz o acordo, nega, acaba com essa briga. Não é bom? Dez alqueires para o sr.

Raimundo e dez para o Cirilo”. Eu falei: “Doutor, a nossa família é muito grande, como é que nós vamos viver de 20 alqueires? Não faço acordo não”. “Não faz não, né? Então o processo vai andar.” Aí foi a raiva bruta dele, o acordo. Porque eles realmente me chamaram, mais o Raimundo, foi para esse acordo. Nessas audiências era cutucada até do juiz, até do defensor público para eu fazer o acordo. Todo mundo me cutucando. Defensor público me chamou, quando eu falei que não fazia acordo, [o advogado] chamou lá (...) na última audiência e ele falou assim para mim e Raimundo: “Vocês não fizeram acordo não, né?” “Não, doutor, não vai dar esse acordo. Por que eu vou fazer esse acordo com ela? Ela nunca comprou de ninguém, como é que ela quer a nossa terra?” “E depois agora é o seguinte: nem Deus do céu vai empatar o julgamento que juiz vai fazer. Agora só vai dar a Justiça. E vocês vão ganhar menos de 20 alqueires. Nem Deus do céu vai empatar o julgamento”. Naquilo eu já saí dali angustiada, já chorando, mas eu falei: não vou fazer acordo com a fazendeira de jeito nenhum!

Em 8 de outubro de 2008 os quilombolas do Grotão viram a conclusão do processo de reintegração de posse, com decisão judicial de despejo de 10 famílias da comunidade. D. Aparecida não esconde a dor de se ver expulsa com os vizinhos das terras em que nasceram e constituíram família:

O dia mais difícil de nossa vida foi o dia do despejo, muitas coisas ruins estão guardadas na nossa lembrança. Olha que passar o dia inteiro vendo queimarem nossas casas, e depois serem jogadas nossas coisas em cima de um caminhão e nós juntos, tudo isso foi difícil de aguentar. Mas nós ficamos fortes, sabemos que a Justiça está dando direito para quem tem dinheiro para pôr na mão dela.

Feito o despejo, as famílias foram levadas a um ginásio de Filadélfia, onde ficaram durante três meses em condições precárias e proibidas de visitar os familiares que permaneceram no território. A situação só teve fim quando a Ouvidoria Agrária Nacional e o Judiciário de Tocantins fizeram um acordo para que as famílias retiradas na ação de despejo retornassem para os 20 alqueires que haviam sido determinados pelo juiz como pertencentes ao Sr. Cirilo e ao sr. Raimundo.



Casa de taipa e adobe de Raimundo e Aparecida, antes e após ser destruída durante o despejo.
Fonte: Faculdade Católica Dom Orione – FACDO.



Casa incendiada durante o despejo, com utensílios quebrados e esparramados pelo chão.
Fonte: Faculdade Católica Dom Orione – FACDO.

Devido a essa situação extrema enfrentada, depois de anos sem esperança, a comunidade voltou a acreditar na recuperação de suas terras, a partir da publicação do RTID em 2011, e posterior promulgação do decreto que confirmou a definição dos 2.096,9455 hectares como território quilombola do Grotão, em dezembro de 2013. O decreto reconhece o direito dos quilombolas às terras ocupadas por seus ancestrais desde meados do século 19, quando fugiram da escravidão em busca de liberdade. Mas, a devolução dessas terras ainda não aconteceu.

E ainda hoje não se faz festa no quilombo. As pressões sofridas pelos moradores e o acirramento de conflitos de terra puseram um fim nos festejos. Agora, as festas são assunto de conversa e saudade. A comunidade espera por tempos melhores, quando suas relíquias – guardadas por um casal quilombola residente em Filadélfia – irão retornar ao território e novamente haverá celebrações e festejos. **Segundo os quilombolas, sua luta pela terra somente será considerada vitoriosa quando um festejo for realizado novamente no quilombo. Somente assim “o território será purificado de todo o mal”, dizem.**



Casa de Antônio antes do despejo, e depois reconstruída após o retorno. Destaque para as cinzas do chão da primeira foto. Era exatamente aí que estava a casa original, queimada durante o despejo. Fonte: Foto 1 - Arquivo pessoal de Sebastião Sebrae; foto 2 - Relatório Antropológico.

Esta narrativa foi composta por Sandra Martins Farias a partir do Relatório Antropológico Comunidade Remanescente de Quilombo do Grotão, 2011, redigido por Roberto Alves de Almeida. Foram consultadas as seguintes fontes adicionais: TO: Comunidade quilombola do Grotão aguarda a regularização de todo o seu território Estado: <http://www.conflictoambiental.icict.fiocruz.br/index.php?pag=ficha&cod=413>; Domingues-Lopes, R. C. & Silva, H. M. Memória e Parentesco: Caminhos percorridos pela comunidade remanescente de Quilombo Grotão – Tocantins. XIV Congresso Brasileiro de Sociologia, 2009, Rio de Janeiro.

Uma palavra da comunidade

Grotão

A comunidade se formou aproximadamente em 1830. Uma de nossas primeiras moradoras foi Lunarda, uma mulher que fugiu da escravidão. Ela chegou grávida no Grotão. Desde então as gerações passaram e hoje somos cerca de 35 famílias. Vivemos em casas feitas de sapé na palha de piaçava e temos esperança de ter melhores moradias. Alguns de nós são aposentados e muitos trabalham como boia-fria e em diárias que são pagas por dia de trabalho ou em troca de um pacote de arroz. Temos o costume de plantar mandioca para fabricação de farinha. Fazemos também o polvilho de duas espécies: o doce e o tuba que é bom para a produção de bolo e mingau.

Essa era nossa principal fonte de renda e de sobrevivência na comunidade. Mas, não estamos produzindo mais porque 20 alqueires não é suficiente para plantar. Essa falta da terra tem sido nossa maior dificuldade, pois para sobreviver precisamos plantar e ter uma área para realizar nossas festas, como ocorria no passado. Nesse sentido, aguardamos a ordem da justiça de desapropriação da área da comunidade que ainda é ocupada por fazendeiros. A morosidade nos causa muito sofrimento, inclusive fome. Até mesmo as cestas básicas que alguns de nós recebemos não é suficiente e nem mesmo o programa social bolsa família tem sido acessado por todos os beneficiários.

A desapropriação é necessária não somente para as despesas e manutenção de nossa cultura, mas também para garantir nossa permanência na terra, já que alguns já saíram de suas casas. Além disso, o ribeirão que banha a comunidade está hoje situado nas terras ocupadas pelos fazendeiros. Então falta água tratada e não temos poços artesianos.

A nossa principal conquista foi a organização da comunidade em luta pelo território. Dessa forma, superamos o difícil momento de construção do relatório antropológico de reconhecimento e delimitação do território quilombola. Igualmente importante foi termos assistido, à concretização da portaria de reconhecimento do território Quilombola do Grotão, em 2013. E, por fim, termos sido contemplados com um projeto de produção de farinha. Com este projetinho recebemos a casa de farinha, forno e ralador elétrico.

Já o nosso maior sonho é ver a entrega do nosso território, porque com isto teremos tudo que precisamos para viver bem. Seria muito bom voltar para nosso cerrado, que está abandonado, para colher o buriti, oiti, pequi e puçá. Ter novamente a possibilidade de cuidar do nosso cemitério, que está em terras que já foram nossas, e que tem mais de cem pessoas enterradas da comunidade.

Resistimos na terra e aguardamos assistência por parte do governo. Aproveitamos para homenagear Seu José Ferreira, que é um dos patriarcas de nossa comunidade. Ele sempre nos ajuda na luta e nos motiva com sua resistência, pois nos dá provas de que é possível resistir apesar da opressão sofrida.

Projeto Formulação de uma Linguagem Pública Sobre Comunidades Quilombolas

PARCERIA	INCRA/CGPCT/NEAD; UFMG/OJB, CERBRAS
COORDENAÇÃO GERAL	Lilian C. B. Gomes, Juarez Rocha Guimarães, Maria Consolação Lucinda, Leonardo Avritzer, Rodrigo Ednilson de Jesus
CONCEPÇÃO DE TEXTO, EDIÇÃO FINAL E SUPERVISÃO	Fernanda de Oliveira, Rodrigo Ednilson de Jesus, Juliana Soares Campos e Carlos Eduardo Marques
CONSULTA ÀS COMUNIDADES	Aline Neves Rodrigues Alves, Marilene Ribeiro
ADMINISTRAÇÃO	Agnaldo P. Ferreira Júnior, Priscila Z. Martins, Danúbia Zanetti
MAPAS E FOTOGRAFIAS	Alexander Cambraia N. Vaz
PROJETO GRÁFICO	Paulo Schmidt

F224c Farias, Sandra Martins
Comunidade quilombola do Grotão / Sandra Martins Farias . - Belo Horizonte : FAFICH, 2016.

16 p. (Terras de quilombos)

Baseado no Relatório técnico-científico sobre os remanescentes da comunidade de Quilombo Grotão – Filadélfia / TO de Roberto Alves de Almeida

1. Quilombos. 2. Antropologia. 3. Almeida, Roberto Alves de. Relatório técnico-científico sobre os remanescentes da comunidade de Quilombo Grotão – Filadélfia / TO I. Título. II. Série.

CDD:306

CDU:39

MICHEL TEMER
Presidente da República

ELISEU PADILHA
Ministro da Casa Civil

JOSÉ RICARDO RAMOS ROSENO
Secretário Especial de Agricultura Familiar
e do Desenvolvimento Agrário

JEFFERSON CORITEAC
Secretário Executivo Adjunto de Agricultura
Familiar e do Desenvolvimento Agrário

CARLOS EDUARDO BOVO
Diretor da Coordenação-Geral de Gestão
Estratégica, Monitoramento e Avaliação
(CGMA/ NEAD)

WILLY DE LA PIEDRA MESONES
Coordenador-Geral de Gestão Estratégica,
Monitoramento e Avaliação (CGMA/ NEAD)

LEONARDO GÓES SILVA
Presidente do Instituto Nacional de
Colonização e Reforma Agrária - Incra

ROGÉRIO PAPALARDO ARANTES
Diretor de Ordenamento da Estrutura
Fundiária - Incra

ANTONIO OLIVEIRA SANTOS
Coordenador Geral de Regularização
de Territórios Quilombolas - Incra

GUILHERME MANSUR DIAS
ISABELLE ALLINE LOPES PICELLI
JULIA MARQUES DALLA COSTA
Coordenação Executiva do Projeto

SERVIÇOS QUILOMBOLAS
Apoio técnico – Superintendências do
Incra nos estados

A Coleção Terras de Quilombos

reúne um conjunto de narrativas a respeito da formação, do modo de vida e das lutas travadas por comunidades quilombolas brasileiras para se manter em seus territórios tradicionais. Em cada livreto, uma comunidade quilombola é apresentada em sua singularidade.

Ao todo, a Coleção oferece um panorama da diversidade de trajetórias vividas por ex-escravizados – incluindo por vezes indígenas e grupos em outras situações sociais – para conquistar a sua independência e se estabelecer na terra autonomamente. O fato de terem sido deixados à própria sorte após a Abolição resultou em uma multiplicidade de caminhos percorridos para conseguirem consolidar os seus territórios. Foram muitos os modos como ocuparam as suas terras e distintas as maneiras como formaram as suas comunidades, enfrentando todo tipo de desafios para se relacionarem livremente com seu entorno.

O conceito de quilombo esteve associado ao período da colônia e do império. Com a Abolição, os quilombos deixaram de ser mencionados, como se o fim de quatro séculos de escravidão significasse a garantia de liberdade. No entanto, os quilombolas continuaram e continuam a lutar para reproduzir seus modos de criar, fazer e viver, resistindo às dificuldades, injustiças e preconceções legadas pelo período escravocrata. São essas as histórias narradas nesta Coleção. São histórias do Brasil vistas pelo prisma de quem, com suas tradições, formas de vida, religiosidades e respeito à terra, enriquece o mosaico da sociodiversidade brasileira.

UFMG

CERBRÁS
CENTRO DE ESTUDOS
RURAIS E SOCIAIS

IB
CES - AL

Quilombos

INCRA nead

SECRETARIA ESPECIAL DE
AGRICULTURA FAMILIAR E DO
DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

CASA CIVIL

BRASIL
GOVERNOS UNIDOS